

Senhor
Paulo de Siqueira Garcia
Prefeito de Goiânia
Prefeitura de Goiânia
Av do Cerrado 999 – 5º andar -Park Lozandes
74884-900 Goiania – GO
Brasil

Ref.: Cooperação Técnica Não-Reembolsável
No. ATN/OC-13810-BR. Apoio à Implantação da
Gestão por Resultados na Prefeitura Municipal de
Goiânia.

Prezado Senhor Prefeito,

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”), entre o Município de Goiânia (doravante denominado “Beneficiário”) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”), que submetemos à sua consideração, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não-reembolsável ao Beneficiário até o montante de US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), ou seu equivalente em outras moedas conversíveis, que será desembolsado a débito dos recursos do capital ordinário do Banco (doravante denominada “Contribuição”), para financiar a seleção e contratação de consultores necessários para a realização de um projeto de cooperação técnica para melhorar o desenvolvimento sustentável do Município de Goiânia (doravante denominado “Projeto”), descrito no Anexo Único deste Convênio. Salvo disposição em contrário neste Convênio, doravante o termo “dólar” significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

O Banco e o Beneficiário acordam o seguinte:

Primeiro. **Partes integrantes do Convênio.** Este Convênio é integrado por esta primeira parte, denominada “Disposições Especiais”; pela segunda parte, denominada “Normas Gerais”; e pelo Anexo Único aqui incorporados. No Artigo 1 das Normas Gerais, define-se a hierarquia entre as partes e o Anexo Único acima referidos.

Segundo. **Órgão Executor.** A execução do Projeto e a utilização dos recursos da Contribuição do Banco caberão ao Município de Goiânia (doravante denominado indistintamente “Órgão Executor” ou “Beneficiário”).

Terceiro. **Condições prévias ao primeiro desembolso.** O primeiro desembolso dos recursos da Contribuição está condicionado ao cumprimento, de maneira satisfatória para o Banco:

(i) das condições prévias estipuladas no Artigo 2 das Normas Gerais; e (ii) da apresentação pelo Beneficiário de evidência de que conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequados, aos quais faz referência o Artigo 13 das Normas Gerais.

Quarto. **Reembolso de despesas a débito da Contribuição.** Com a concordância do Banco, poderão ser utilizados recursos da Contribuição para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem no Projeto a partir de 14 de maio de 2013 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Quinto. **Prazos.** (a) O prazo para a execução do Projeto será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio.

(b) O prazo para o desembolso dos recursos da Contribuição será de 42 (quarenta e dois) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro desse prazo será cancelada.

(c) Os prazos indicados acima e outros estabelecidos neste Convênio só poderão ser prorrogados por razões justificadas e com a concordância por escrito do Banco.

Sexto. **Custo total do Projeto e recursos adicionais.** O Beneficiário compromete-se a efetuar oportunamente, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, conforme seja o caso, os aportes requeridos à Contribuição (doravante denominados “Aporte”), para a plena e ininterrupta execução do Projeto. O total do Aporte foi estimado no equivalente a US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares), a fim de completar a soma equivalente a US\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil dólares), custo total estimado do Projeto, sem que estas estimativas reduzam a obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais requeridos para a conclusão do Projeto.

Sétimo. **Reconhecimento de despesas a débito do Aporte.** O Banco poderá reconhecer como parte dos recursos do Aporte para o Projeto as despesas efetuadas ou que vierem a ser efetuadas no Projeto a partir de 14 de maio de 2013 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Oitavo. **Moedas para os desembolsos.** O Banco fará o desembolso da Contribuição em dólares. O Banco, aplicando a taxa de câmbio indicada no Artigo 9 das Normas Gerais, poderá converter essas moedas conversíveis em outras moedas, inclusive a moeda local.

Nono. **Taxa de Câmbio.** Para efeitos do estipulado no Artigo 9 das Normas Gerais deste Convênio, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (b)(ii) do referido Artigo. Neste caso, será aplicada a taxa de câmbio vigente no dia em que o Beneficiário efetue os respectivos pagamentos em favor do contratante ou fornecedor.

Décimo. **Uso da Contribuição.** Os recursos da Contribuição só poderão ser usados para a contratação de consultores dos países membros do Banco. Em consequência, os

procedimentos e as bases específicas das licitações ou de outras formas de contratação dos serviços e bens financiados com recursos da Contribuição deverão permitir a livre concorrência de fornecedores de bens, de serviços diferentes de consultoria e de consultores desses países.

Décimo primeiro. Seleção e Contratação de Serviços de Consultoria. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 11(f) das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas de Consultores são as datadas de março de 2011, contidas no documento GN-2350-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Consultores forem modificadas pelo Banco, a seleção e contratação de serviços de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Consultores modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Beneficiário e o Beneficiário aceite por escrito sua aplicação.

(b) Para a seleção e contratação de serviços de consultoria, poderá ser utilizado qualquer um dos métodos descritos nas Políticas de Consultores, desde que tal método tenha sido identificado para a respectiva contratação no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

(c) O limite que determina a composição da lista curta com consultores internacionais será colocado à disposição do Beneficiário ou, se for o caso, do Órgão Executor, na página www.iadb.org/procurement. Abaixo deste limite, a lista curta poderá ser composta integralmente por consultores nacionais do país do Beneficiário.

Décimo segundo. Uso de sistemas de país. Para efeitos do disposto no Artigo 11(b) das Normas Gerais, as partes fazem constar que na data de assinatura deste Convênio não se prevê o uso de sistemas de país para a aquisição de bens ou a contratação de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria do Projeto.

Décimo terceiro. Atualização do Plano de Aquisições. Para a atualização do Plano de Aquisições conforme o disposto no Artigo 11(c) das Normas Gerais, o Beneficiário deverá utilizar ou, se for o caso, se assegurar de que o Órgão Executor utilize, o sistema de execução e acompanhamento de planos de aquisições que o Banco determine.

Décimo quarto. Acompanhamento e Avaliação. O Beneficiário deverá apresentar ao Banco os seguintes relatórios: (i) relatórios semestrais de andamento, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes à finalização de cada semestre calendário, os quais deverão ser preparados de acordo com as normas que forem acordadas com o Banco; (ii) outros relatórios que o Banco razoavelmente solicitar com relação ao investimento dos montantes da Contribuição no desenvolvimento do Projeto.

Décimo quinto. Demonstrações financeiras e outros relatórios. O Beneficiário compromete-se a que sejam apresentados, à satisfação do Banco, por si ou por intermédio do Órgão Executor, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes ao encerramento de cada exercício fiscal do Beneficiário e durante o prazo para desembolsos da Contribuição, as demonstrações financeiras auditadas do Projeto. O último desses relatórios será apresentado dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes à data estipulada para o último desembolso da Contribuição.

Décimo sexto. Acesso à informação. (a) O Beneficiário compromete-se a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste Convênio, se considera que este contém informação que possa ser qualificada como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto na Política de Acesso à Informação do Banco, caso em que o Beneficiário compromete-se a indicar tal informação nas disposições pertinentes do Convênio. De acordo com a referida política, o Banco colocará à disposição do público na sua página “Web” o texto deste Convênio, depois que este tenha entrado em vigor e o prazo antes mencionado tenha expirado, excluindo somente as informações que o Beneficiário tenha qualificado como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto em tal política.

(b) De acordo com a Política de Acesso à Informação acima referida, e sujeito às suas disposições, o Banco divulgará ao público as Demonstrações Financeiras Auditadas (“DFAs”) recebidas do Beneficiário, em conformidade com o Parágrafo Décimo Quinto.

(c) Nos casos em que o Beneficiário identificar informação contida nas DFAs que considere confidencial, conforme as exceções previstas na Política de Acesso à Informação, este deverá preparar uma versão resumida das DFAs, de maneira satisfatória para o Banco, para divulgação ao público.

Décimo sétimo. Comunicações. Todos os avisos, pedidos, comunicações ou notificações que as partes devam encaminhar-se em virtude deste Convênio serão efetuados por escrito e se considerarão realizados desde o momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no endereço indicado abaixo:

Do Beneficiário:

Prefeitura de Goiânia
Av do Cerrado 999 – 5º andar -Park Lozandes
74884-900 Goiania – GO
Brasil

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América

Nestes termos, solicito a V. Sa., como representante do Beneficiário, a aceitação do mesmo aos termos deste Convênio, mediante a assinatura e entrega de uma das vias originais desta carta à Representação do Banco em Brasília.

Este Convênio, depois de assinado em 2 (duas) vias originais de igual teor por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da sua assinatura pelo Beneficiário.

Atenciosamente,

/a/

Daniela Carrera-Marquis
Representante do Banco no Brasil

DE ACORDO:

MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

/a/

Paulo de Siqueira Garcia
Prefeito de Goiânia

Data: 26 de junho de 2013

NORMAS GERAIS APLICÁVEIS ÀS
COOPERACÕES TÉCNICAS NÃO-REEMBOLSÁVEIS

Artigo 1. Aplicação e alcance das Normas Gerais. (a) Estas Normas Gerais estabelecem termos e condições aplicáveis, de modo geral, a todas as cooperações técnicas não-reembolsáveis do Banco, e suas condições constituem parte integrante deste Convênio. Qualquer exceção a estas Normas Gerais será expressamente indicada no texto das Disposições Especiais.

(b) Se houver incongruência ou contradição entre alguma estipulação das Disposições Especiais ou do Anexo ou dos Anexos e estas Normas Gerais, prevalecerá o previsto nas Disposições Especiais ou no respectivo Anexo. Quando houver incongruência ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais e do Anexo ou dos respectivos Anexos, prevalecerá o princípio segundo o qual a estipulação específica prevalece em relação à geral.

Artigo 2. Condições prévias ao primeiro desembolso. (a) O primeiro desembolso da Contribuição está condicionado a que o Beneficiário, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, tenha:

- (i) designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução deste Convênio e feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Caso sejam designados dois ou mais funcionários, cumpre informar se ambos podem agir individualmente ou se o farão necessariamente em conjunto; e
- (ii) apresentado um cronograma para o uso do Aporte;

(b) Se, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da entrada em vigor deste Convênio, ou de um prazo mais longo que as partes tenham acordado por escrito, não se cumprirem as condições prévias ao primeiro desembolso estabelecidas neste artigo e nas Disposições Especiais, o Banco poderá rescindir este Convênio, dando ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, o respectivo aviso.

Artigo 3. Requisitos para todos os desembolsos. Para que o Banco efetue qualquer desembolso será necessário: (a) que o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha apresentado por escrito ou por meios eletrônicos, de acordo com a forma e condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso e que, em respaldo a esse pedido, tenham sido fornecidos ao Banco os documentos pertinentes e demais antecedentes requeridos pelo Banco; (b) que o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha aberto e mantenha uma ou mais contas bancárias em uma instituição financeira na qual o Banco realizará os desembolsos da Contribuição; (c) salvo acordo em contrário com o Banco, os pedidos deverão ser apresentados, o mais tardar, com trinta 30 (trinta) dias calendário de antecedência à data em que vencer o prazo para desembolsos ou a sua prorrogação, acordada por escrito entre o Banco e

o Beneficiário ou Órgão Executor, conforme o caso; e (d) que não tenha ocorrido nenhuma das circunstâncias descritas no Artigo 7 destas Normas Gerais.

Artigo 4. Forma dos desembolsos da Contribuição. (a) O Banco poderá efetuar desembolsos a débito da Contribuição da seguinte forma: (a) mediante transferências em favor do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, das somas a que tenha direito de acordo com este Convênio sob a modalidade de reembolso de despesas ou adiantamento de fundos;¹ (ii) mediante pagamentos por conta do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, e em acordo com ele, a terceiros ou outras instituições bancárias; e (iii) mediante outra modalidade que as partes tenham acordado por escrito. Qualquer despesa bancária cobrada por terceiro em razão dos desembolsos será de responsabilidade do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso.

(b) A débito da Contribuição e cumpridos os requisitos previstos nos Artigos 2 e 3 destas Normas Gerais e nos Artigos pertinentes das Disposições Especiais, o Banco poderá efetuar o desembolso de recursos da Contribuição para:

- (i) Reembolsar ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, as despesas relacionadas com a execução do Projeto que tenha financiado com seus recursos ou com outras fontes de financiamento, que sejam financiáveis com recursos da Contribuição, de acordo com as disposições deste Convênio. Salvo acordo expresse entre as partes, os pedidos de desembolso para reembolsar despesas financiadas pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, conforme o caso, deverão ser realizados prontamente à medida que o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, incorra nessas despesas ou, o mais tardar, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao encerramento de cada semestre calendário ou em outro prazo que as partes acordem; e
- (ii) Adiantar recursos ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, com base nas necessidades de liquidez do Projeto para cobertura das despesas relacionadas com a sua execução que sejam financiáveis a débito da Contribuição, de acordo com as disposições deste Convênio. O montante máximo de cada adiantamento de fundos será fixado pelo Banco e consistirá em uma quantidade determinada com base nas necessidades de liquidez do Projeto para cobrir previsões periódicas de despesas relacionadas com a sua execução que sejam financiáveis a débito da Contribuição. Em nenhum momento o montante máximo de um adiantamento de fundos poderá exceder a soma requerida para o financiamento dessas despesas, durante um período de até 6 (seis) meses, de acordo com o cronograma de investimentos e o fluxo de recursos requeridos para esses propósitos, e a capacidade demonstrada do

¹ “Adiantamento de fundos” significa o montante de recursos antecipados pelo Banco ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, a débito dos recursos da Contribuição, para atender despesas elegíveis do Projeto.

Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, para administrar de forma eficiente os recursos da Contribuição.

(c) O Banco poderá: (i) ampliar o montante máximo de uma antecipação de fundos vigente quando tenham surgido necessidades imediatas de recursos que, a critério do Banco, o justifiquem, sempre que tenha sido justificadamente solicitado pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, conforme o caso, e tenha sido apresentado, à satisfação do Banco, um demonstrativo das despesas programadas para a execução do Projeto correspondente ao período de antecipação de fundos vigente; ou (ii) efetuar uma nova antecipação de fundos com base no indicado no inciso (b)(ii) anterior quando tenha sido justificado, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do saldo total acumulado do(s) adiantamento(s) de fundos anterior(es).

(d) O Banco poderá também reduzir ou cancelar o saldo total acumulado do(s) adiantamento(s) de fundos caso determine que os recursos desembolsados da Contribuição não foram utilizados ou justificados devida e oportunamente, à satisfação do Banco, de acordo com as disposições estabelecidas neste Convênio.

Artigo 5. Período de encerramento.² O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá: (a) apresentar, à satisfação do Banco, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contado a partir da data estipulada para o último desembolso da Contribuição, a documentação de respaldo das despesas efetuadas a débito do Projeto e demais informações que o Banco houver solicitado; e (b) restituir ao Banco, no mais tardar, até o último dia do vencimento do Período de Encerramento, o saldo não utilizado ou não devidamente justificado dos recursos desembolsados da Contribuição. Caso esteja previsto o financiamento dos serviços de auditoria a débito dos recursos da Contribuição e esses serviços não sejam encerrados e pagos antes do vencimento do Período de Encerramento a que se refere o inciso (a) anterior, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá informar e acordar com o Banco a forma como será viabilizado o pagamento desses serviços, e restituir os recursos da Contribuição destinados a esse fim, caso o Banco não receba as demonstrações financeiras e demais relatórios auditados dentro dos prazos estipulados neste Convênio.

Artigo 6. Despesas a débito da Contribuição. A Contribuição será destinada exclusivamente para cobrir os itens alocados a seu débito no orçamento do Projeto incluído no Anexo Único que descreve o Projeto. Somente poderão ser lançadas a débito da Contribuição as despesas reais e diretas efetuadas para a execução do Projeto. Não poderão ser lançadas despesas indiretas ou serviços de funcionamento geral não incluídos no orçamento do Projeto.

Artigo 7. Suspensão e cancelamento dos desembolsos e outras medidas. (a) O Banco poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição se ocorrer alguma das seguintes circunstâncias: (i) inadimplência por parte do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, de qualquer obrigação estipulada neste Convênio; e

² “Período de encerramento” significa o prazo de 90 (noventa) dias contado a partir da data estipulada para o último desembolso dos recursos da Contribuição, para a finalização dos pagamentos pendentes a terceiros, a apresentação da justificação final das despesas efetuadas, a reconciliação de registros e a devolução ao Banco dos recursos da Contribuição desembolsados e não justificados.

(ii) qualquer circunstância que, a critério do Banco, possa tornar improvável a consecução dos objetivos do Projeto. Nesses casos, o Banco notificará por escrito o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, a fim de que este apresente seus pontos de vista e, transcorridos 30 (trinta) dias da data da comunicação enviada pelo Banco, este poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição.

(b) Por força do disposto no inciso (a), as partes convêm em que, caso ocorram no Beneficiário ou no Órgão Executor mudanças institucionais ou organizacionais que, na opinião do Banco, possam afetar a consecução oportuna dos objetivos do Projeto, o Banco revisará e avaliará as possibilidades da consecução dos objetivos e, a seu critério, poderá suspender, condicionar ou cancelar os desembolsos da Contribuição.

(c) Além do disposto no parágrafo (a) anterior, o Banco poderá: (i) suspender os desembolsos, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco, caso seja determinado em qualquer etapa que um empregado, agente ou representante do Beneficiário ou do Órgão Executor cometeu uma prática proibida, conforme definido no Artigo 8 destas Normas Gerais (doravante denominadas “Práticas Proibidas”), durante o processo de contratação ou durante a execução de um contrato; e (ii) cancelar a parte não desembolsada da Contribuição relacionada inequivocamente a uma aquisição determinada de bens, obras, serviços conexos ou serviços de consultoria, se: (A) a qualquer momento determinar-se que tal aquisição ou contratação foi efetuada sem a observância dos procedimentos estabelecidos neste Convênio; ou (B) determinar-se que, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco, qualquer empresa, entidade ou indivíduo que esteja atuando como proponente ou participando de atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, o Beneficiário e o Órgão Executor (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou tácitas), tiver cometido uma Prática Proibida em qualquer etapa do processo de contratação ou durante a execução de um contrato, quando haja evidência de que o representante do Beneficiário ou do Órgão Executor não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras coisas, a notificação adequada do Banco ao tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável.

Artigo 8. Práticas Proibidas. (a) Para os efeitos deste Convênio, entende-se que uma Prática Proibida inclui as seguintes práticas: (i) “prática corrupta” consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte; (ii) “prática fraudulenta” é qualquer ato ou omissão, inclusive a tergiversação de fatos e circunstâncias, que, deliberada ou imprudentemente, engane ou pretenda enganar alguma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evadir uma obrigação; (iii) “prática coercitiva” consiste em prejudicar ou causar dano ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou a seus bens para influenciar indevidamente as ações de uma parte; (iv) “prática colusória” é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, que inclui influenciar, de forma imprópria, as ações de outra parte; e (v) “prática obstrutiva” consiste em: (A) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente evidência significativa para a investigação ou

prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusória; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir-lhe de divulgar seu conhecimento de assuntos que sejam importantes para a investigação ou que prossiga a investigação, ou (B) todo ato que vise a impedir de forma material o exercício de inspeção do Banco e os direitos de auditoria previstos nos Artigos 13(c), 14(g) y 15(e) destas Normas Gerais.

(b) Além do estabelecido nos Artigos 7(c)(i) y 7(c)(ii)(B) destas Normas Gerais, caso seja determinado que, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco qualquer empresa, entidade ou indivíduo que apresente proposta ou participe de uma atividade financiada pelo Banco incluídos, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários, o Beneficiário e o Órgão Executor (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes quer sejam suas atribuições expressas ou tácitas), tiver cometido uma Prática Proibida em qualquer etapa do processo de contratação ou durante a execução de um contrato, o Banco poderá:

- (i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para a aquisição de obras, bens, serviços relacionados e a contratação de serviços de consultoria;
- (ii) declarar uma contratação inelegível para financiamento do Banco se houver evidência de que o representante do Beneficiário ou do Órgão Executor não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, a adequada notificação do Banco ao tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável;
- (iii) emitir advertência à empresa, entidade ou indivíduo na forma de uma carta formal censurando sua conduta;
- (iv) declarar uma empresa, entidade ou indivíduo inelegível, permanentemente ou por um período determinado para: (A) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (B) designação como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor ou prestador de serviços por outra empresa elegível a qual se adjudique um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;
- (v) encaminhar o tema às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir as leis; e/ou
- (vi) impor outras sanções que considere apropriadas às circunstâncias do caso, incluída a aplicação de multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações ou autuações. Estas sanções poderão ser impostas de forma adicional ou em substituição às

sanções referidas no Artigo 7(c)(i), no Artigo 7(c)(ii)(B) e nos itens (i) a (v) deste Artigo 8(b).

(c) O disposto no Artigo 7(c)(i) e no Artigo 8(b)(i) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção, ou qualquer outra resolução;

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco nos termos das disposições anteriormente referidas será de caráter público;

(e) Qualquer empresa, entidade ou indivíduo atuando como proponente ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários, o Beneficiário e o Órgão Executor (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou tácitas), poderá ver-se sujeito a sanções, de acordo com o disposto nos acordos subscritos pelo Banco com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões em matéria de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo (e), o termo “sanção” inclui toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma instituição financeira internacional aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas.

(f) Quando o Beneficiário adquira bens, contrate obras ou serviços distintos dos serviços de consultoria diretamente de uma agência especializada, ou contrate uma agência especializada para prestar serviços de assistência técnica ao amparo de um acordo entre o Beneficiário e tal agência especializada, serão aplicadas integralmente a requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria ou consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou tácitas) ou a qualquer outra entidade que tenha subscrito contratos com tal agência especializada para a provisão de bens, obras ou serviços conexos com atividades financiadas pelo Banco, todas as disposições estipuladas neste Convênio relativas a sanções e Práticas Proibidas. O Banco se reserva o direito de obrigar o Beneficiário a valer-se de recursos como a suspensão ou rescisão do contrato. O Beneficiário se compromete a incluir nos contratos com as agências especializadas disposições obrigando a mesma a consultar a lista de empresas e indivíduos declarados temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso uma agência especializada subscreva contrato ou ordem de compra com uma empresa ou indivíduo declarado temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos conexos e tomará outras medidas que considere convenientes.

Artigo 9. Taxa de câmbio para Projetos financiados com recursos expressos em dólares dos Estados Unidos da América.

(a) Desembolsos:

- (i) A equivalência em dólares dos Estados Unidos da América de outras moedas conversíveis em que possam ser feitos os desembolsos da Contribuição será calculada aplicando-se, na data do desembolso, a taxa de câmbio vigente no mercado; e
 - (ii) A equivalência em dólares dos Estados Unidos da América da moeda local ou de outras moedas não conversíveis, em caso de Projetos regionais, em que os desembolsos da Contribuição possam ser feitos, será calculada aplicando-se, na data do desembolso, a taxa de câmbio que corresponda ao entendimento vigente entre o Banco e o respectivo país para os efeitos de manter o valor em dólares da moeda local ou de outras moedas não conversíveis, em caso de Projetos regionais, em poder do Banco.
- (b) Despesas efetuadas: A equivalência na moeda da Contribuição de uma despesa efetuada na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, será calculada aplicando-se uma das seguintes taxas de câmbio, de acordo com o estabelecido nas Disposições Especiais deste Convênio: (i) a mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados na moeda da Contribuição para a moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor. Neste caso, para fins de reembolso de despesas a débito da Contribuição e de reconhecimento de despesas a débito do Aporte, será aplicada a taxa de câmbio vigente na data de apresentação do pedido de reembolso ao Banco; ou (ii) a taxa de câmbio vigente no país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, na data do efetivo pagamento da despesa na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor.

Artigo 10. Taxa de câmbio para Projetos financiados com recursos em moedas conversíveis diferentes do dólar dos Estados Unidos da América. (a) Desembolsos. O Banco poderá converter a moeda desembolsada a débito dos recursos do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais em:

- (i) outras moedas conversíveis, aplicando a taxa de câmbio vigente no mercado na data do desembolso; ou
- (ii) moeda local ou outras moedas não conversíveis, aplicando, em caso de projetos regionais, na data do desembolso, o seguinte procedimento: (A) será calculada a equivalência da moeda do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais em dólares, aplicando a taxa de câmbio vigente no mercado; (B) posteriormente, será calculada a equivalência desses dólares na moeda local ou em outras moedas não

convertíveis, aplicando a taxa de câmbio que corresponda ao entendimento vigente entre o Banco e o respectivo país para os efeitos de manter o valor em dólares dessas moedas em poder do Banco.

- (b) Despesas efetuadas: A equivalência na moeda da Contribuição de uma despesa efetuada na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, será calculada aplicando-se uma das seguintes taxas de câmbio, de acordo com o estabelecido nas Disposições Especiais deste Convênio: (i) a mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados na moeda da Contribuição para a moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor. Neste caso, para fins de reembolso de despesas a débito da Contribuição e de reconhecimento de despesas a débito do Aporte, será aplicada a taxa de câmbio vigente na data de apresentação do pedido ao Banco; ou (ii) a taxa de câmbio vigente no país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, na data do efetivo pagamento da despesa na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor.

Artigo 11. Seleção e contratação de serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens e seleção e contratação de serviços de consultoria. (a) Sujeito ao estabelecido no inciso (b) deste Artigo, o Beneficiário se compromete a realizar e, se for o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, realizem, a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria assim como a aquisição de bens, de acordo com o estipulado nas Políticas de Aquisições e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco, e a seleção e contratação de serviços de consultoria, de acordo com o estipulado nas Políticas de Consultores e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. O Beneficiário declara conhecer e se compromete a fazer conhecer pelo Órgão Executor, Agência de Contratações e agência especializada, se houver, as Políticas de Aquisições e as Políticas de Consultores.

(b) Quando o Banco tenha validado os sistemas do país membro do Banco onde o Projeto será executado, o Beneficiário ou, se for o caso, o Órgão Executor, poderão realizar as aquisições e contratações financiadas total ou parcialmente com recursos da Contribuição utilizando tais sistemas, de acordo com os termos da validação do Banco e a legislação aplicável validada, os quais se identificam nas Disposições Especiais. O Beneficiário se compromete a notificar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor notifique ao Banco qualquer mudança em tal legislação ou qualquer mudança que afete a mesma, em cujo caso o Banco poderá cancelar, suspender ou modificar os termos de sua validação. O uso de sistemas de país não dispensa a aplicação das disposições previstas na Seção I das Políticas de Aquisições e Políticas de Consultores, incluindo o requisito de que as aquisições e contratações correspondentes constem no Plano de Aquisições e estejam sujeitas às demais cláusulas deste Convênio.

(c) O Beneficiário se compromete a atualizar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor mantenha atualizado o Plano de Aquisições e o atualize, ao menos anualmente ou com maior frequência, segundo as necessidades do Projeto. Cada versão atualizada de tal Plano de Aquisições deverá ser submetida à revisão e aprovação do Banco.

(d) O Banco realizará a revisão dos processos de seleção, contratação e aquisição, *ex ante* ou *ex post*, segundo o estabelecido no Plano de Aquisições. Em qualquer momento durante a execução do Projeto, o Banco poderá modificar a modalidade de revisão de tais processos, mediante comunicação prévia ao Beneficiário ou ao Órgão Executor. As modificações aprovadas pelo Banco deverão ser refletidas no Plano de Aquisições.

(e) O Beneficiário se compromete a obter, ou se for o caso, a que o Órgão Executor obtenha, antes da adjudicação do contrato correspondente a cada uma das obras do Projeto, se houver, a posse legal dos terrenos onde se construirá a respectiva obra, as servidões ou outros direitos necessários para sua construção e utilização, assim como os direitos sobre as águas que se requeiram para a obra em questão.

(f) Para efeito do anterior: (i) “Agência de Contratações” significa a entidade com capacidade legal para firmar contratos e que, mediante acordo com o Beneficiário ou, se for o caso, o Órgão Executor, assume total ou parcialmente a responsabilidade pela realização das aquisições de bens ou das contratações de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria do Projeto; (ii) “Plano de Aquisições” significa uma ferramenta de programação e acompanhamento das aquisições e contratações da operação, nos termos descritos nas Políticas de Aquisições e nas Políticas de Consultores; (iii) “Políticas de Aquisições” significa as Políticas para a Aquisição de Bens e Obras Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento de aprovação do Projeto pelo Banco; (iv) “Políticas de Consultores” significa as Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento de aprovação do Projeto pelo Banco.

(g) Com débito à Contribuição e até o montante destinado a tal fim no orçamento incluído no Anexo Único que descreve o Projeto, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá adquirir os bens e contratar os consultores e serviços diferentes de consultoria previstos no Projeto.

(h) Quando os bens e serviços adquiridos e contratados para o Projeto forem financiados com recursos do Aporte, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, utilizará, sendo possível, procedimentos que permitam a participação de vários proponentes e oferecedores e dispensará a devida atenção aos aspectos de economia, eficiência e razoabilidade de preços.

(i) Quando forem utilizadas outras fontes de financiamento que não os recursos da Contribuição nem os do Aporte, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá acordar com o financiador o procedimento a ser seguido para a aquisição de bens e serviços diferentes de consultoria e a contratação de consultores. Sem embargo, a pedido do Banco, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá demonstrar a razoabilidade tanto do preço pactuado ou pago pela aquisição de tais bens e serviços diferentes de consultoria ou pela contratação de consultores, como das condições financeiras dos créditos. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá demonstrar, igualmente, que a qualidade dos bens e serviços diferentes de consultoria e dos consultores satisfaz os requisitos técnicos do Projeto.

(j) Durante a execução do Projeto, os bens a que se refere o inciso (g) deste Artigo serão utilizados exclusivamente para a realização do Projeto. Concluída a execução do Projeto, tais bens poderão ser empregados para outros fins.

(k) Os bens compreendidos no Projeto serão mantidos adequadamente de acordo com normas técnicas geralmente aceitas em um nível compatível com os serviços que devam prestar.

Artigo 12. Outras obrigações contratuais dos consultores. (a) Além dos requisitos especiais incluídos no Artigo 13(c), no Artigo 14(g) e no Artigo 15(e) destas Normas Gerais, nas Disposições Especiais, no(s) Anexo(s) e nos respectivos termos de referência, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, acorda que os contratos assinados com os Consultores estabelecerão também as obrigações destes de:

- (i) fazer os esclarecimentos ou ampliações que o Beneficiário, o Órgão Executor ou o Banco julgarem necessários acerca dos relatórios que eles estão obrigados a apresentar, de acordo com os termos de referência estabelecidos em seus respectivos contratos;
- (ii) fornecer ao Beneficiário ou ao Órgão Executor e ao Banco as informações adicionais que estes razoavelmente lhes solicitarem em relação ao andamento de seus trabalhos;
- (iii) no caso de consultores internacionais, desempenhar seus trabalhos de forma integrada com o pessoal profissional local designado ou contratado pelo Beneficiário ou o Órgão Executor para participar da realização do Projeto, a fim de completar os trabalhos e oferecer um treinamento técnico e operacional a esse pessoal; e
- (iv) ceder ao Banco os direitos autorais, as patentes e qualquer outro direito de propriedade intelectual, nos casos em que procedam esses direitos, sobre os trabalhos e documentos produzidos pelos consultores no âmbito dos contratos de consultoria financiados com os recursos do Projeto.

(b) Não obstante o estipulado no inciso (a)(iv) anterior, para dar a divulgação oportuna aos resultados do Projeto, o Banco outorga ao Beneficiário ou ao Órgão Executor o direito de uso e fruição dos produtos das consultorias financiadas com recursos do Projeto, sujeito ao entendimento de que o Beneficiário ou o Órgão Executor utilizará esses produtos de consultoria de acordo com o estabelecido no Artigo 17 destas Normas Gerais.

Artigo 13. Sistema de Informação Financeira e Controle Interno. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá manter: (i) um sistema de informação financeira aceitável ao Banco, que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos da Contribuição e de outras fontes de financiamento, se for o caso; e (ii) uma estrutura de controle interno que permita a gestão efetiva do Projeto, proporcione confiabilidade sobre a informação financeira, registros e

arquivos físicos, magnéticos e eletrônicos, e permita o cumprimento das disposições previstas neste Convênio.

(b) O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, compromete-se a manter os registros originais do Projeto por um período mínimo de 3 (três) anos depois da data estipulada para o último desembolso da Contribuição, de modo a: (i) permitir a identificação das quantias recebidas das diferentes fontes; (ii) consignar, em conformidade com o sistema de informação financeira aprovado pelo Banco, as despesas realizadas a débito do Projeto, tanto com os recursos da Contribuição como com os demais recursos necessários para a sua completa execução; (iii) conter o detalhamento necessário para identificação dos serviços contratados e dos bens adquiridos, conforme o caso, assim como a utilização dos referidos bens e serviços; (iv) evidenciar a conformidade da autorização, do recebimento e do pagamento do serviço contratado ou do bem adquirido, conforme o caso; (v) incluir a documentação relacionada com o processo de contratação, aquisição e execução dos contratos financiados pelo Banco e por outras fontes de financiamento, o que compreende, embora de forma não limitativa, os editais de licitação, os pacotes de propostas, os resumos, as avaliações das propostas, os contratos, a correspondência, os produtos e minutas de trabalho, as faturas, os certificados e relatórios de aceitação, recibos, incluindo documentos relacionados com o pagamento de comissões, e pagamentos a representantes, consultores e empreiteiros; e (vi) demonstrar o custo do Projeto em relação a cada categoria do seu orçamento.

(c) O Beneficiário se compromete a incluir nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com os recursos da Contribuição do Banco celebrados pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, uma disposição que exija que os fornecedores e os prestadores de serviços, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores e concessionários a manter todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de 7 (sete) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato.

Artigo 14. Auditoria Externa. (a) O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, compromete-se a apresentar ao Banco, durante o período de execução do Projeto e dentro dos prazos e com a freqüência indicados nas Disposições Especiais deste Convênio, as demonstrações financeiras do Projeto e outros relatórios que o Banco razoavelmente solicitar, assim como qualquer informação financeira adicional solicitada pelo Banco com relação a esses relatórios e demonstrações, de acordo com padrões e princípios de contabilidade aceitáveis ao Banco.

(b) O Beneficiário se compromete a que as demonstrações financeiras e demais relatórios indicados nas Disposições Especiais deste Convênio sejam auditados por auditores independentes aceitáveis ao Banco, de acordo com padrões e princípios de auditoria aceitáveis ao Banco, e a apresentar, à satisfação do Banco, qualquer informação que este solicitar com relação aos auditores independentes contratados.

(c) O Beneficiário se compromete a selecionar e contratar, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, os auditores independentes necessários à apresentação oportuna

das demonstrações financeiras e dos demais relatórios mencionados no inciso (b) anterior, no mais tardar, 4 (quatro) meses antes do encerramento da cada exercício fiscal do país do Beneficiário, a partir da data de entrada em vigor deste Convênio ou em outro prazo acordado pelas partes, de acordo com os procedimentos e os termos de referência previamente acordados com o Banco. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, autorizará os auditores a fornecerem ao Banco a informação adicional que este possa razoavelmente solicitar com relação às demonstrações financeiras e a outros relatórios auditados.

(d) Nos casos em que a auditoria esteja a cargo de um órgão oficial de fiscalização e esse não possa realizar o trabalho de acordo com requisitos satisfatórios ao Banco ou dentro dos prazos, durante o período e com a frequência estipulados neste Convênio, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, selecionará e contratará os serviços de auditores independentes aceitáveis ao Banco de acordo com o indicado no inciso (c) anterior.

(e) Sem prejuízo do estabelecido nos incisos anteriores, o Banco, de forma excepcional e mediante prévio acordo entre as partes, poderá selecionar e contratar os serviços de auditores independentes para realizar a auditoria das demonstrações financeiras e de outros relatórios auditados previstos neste Convênio quando: (i) os benefícios da seleção e contratação desses serviços pelo Banco sejam maiores; ou (ii) os serviços de firmas privadas e contadores públicos independentes no país forem limitados; ou (iii) quando circunstâncias especiais justifiquem a seleção e contratação de tais serviços pelo Banco.

(f) O Banco se reserva o direito de solicitar ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, a realização de outra classe de auditorias externas ou de trabalhos relacionados com a auditoria de projetos, do Órgão Executor e de entidades relacionadas, do sistema de informação financeira e das contas bancárias do Projeto, entre outras. A natureza, frequência, alcance, oportunidade, metodologia, tipo de normas de auditoria aplicáveis, relatórios, procedimentos de seleção e termos de referência serão estabelecidos de comum acordo entre as partes.

(g) Os documentos de licitação e os contratos que o Beneficiário ou Órgão Executor celebrem com um fornecedor ou prestador de serviços, empreiteiro, subempreiteiro, consultor, subconsultor, pessoal ou concessionário deverão incluir disposição que permita ao Banco revisar quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e submetê-los a uma auditoria por auditores designados pelo Banco.

Artigo 15. Inspecções. (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgar necessários para assegurar-se do desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Beneficiário e o Órgão Executor, conforme o caso, permitirão que o Banco inspecione a qualquer momento o Projeto, bem como os equipamentos e materiais correspondentes, e examine os registros e documentos cujo conhecimento considere pertinente. No desempenho dessa tarefa, o pessoal enviado ou designado pelo Banco para o cumprimento deste propósito, como investigadores, representantes, auditores ou peritos, contará com a mais

ampla colaboração das respectivas autoridades. Todas as despesas relativas a transporte, salário e demais gastos efetuados com esse pessoal serão pagas pelo Banco.

(c) O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverão fornecer ao Banco, se seu representante autorizado o solicitar, todos os documentos, inclusive os relacionados com aquisições, que o Banco possa razoavelmente requerer. Ademais, o Beneficiário e o Órgão Executor colocarão seu pessoal à disposição do Banco, se lhes for solicitado com razoável antecipação, para que responda às indagações que o pessoal do Banco possa ter em relação à revisão ou auditoria dos documentos. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, apresentará os documentos oportunamente, ou uma declaração juramentada na qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) Caso o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, se recuse a cumprir o pedido feito pelo Banco, ou de alguma maneira oponha obstáculos à revisão do assunto por parte do Banco, o Banco, à sua inteira discrição, poderá adotar as medidas que considerar apropriadas contra o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso.

(e) O Beneficiário se compromete a incluir nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com recursos da Contribuição do Banco celebrado pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, uma disposição que exija que os requerentes, proponentes, fornecedores e prestadores de serviços e seus representantes, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores e concessionários: (i) permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco; (ii) prestem plena assistência ao Banco durante a investigação; e (iii) forneçam ao Banco qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que seus empregados ou agentes que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder a consultas referentes à investigação provenientes do pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o requerente, proponente, fornecedor ou prestador de serviços ou seu representante, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor ou seus representantes ou concessionário se negue a cooperar ou descumpra requerimento do Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação do Banco, o Banco, a seu critério único e exclusivo, poderá tomar medidas apropriadas contra o requerente, proponente, fornecedor ou prestador de serviços ou seu representante, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor e seus representantes ou concessionário.

Artigo 16. Outros compromissos. O Beneficiário, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, deverá:

- (a) proporcionar aos consultores e aos peritos e especialistas locais serviços de secretaria, escritórios, materiais, comunicações, transporte e todo apoio logístico que requeiram para a prestação de seus serviços;

- (b) apresentar ao Banco cópia dos relatórios dos consultores e suas observações sobre eles;
- (c) fornecer ao Banco qualquer outra informação adicional ou pareceres jurídicos que este razoavelmente lhe solicite a respeito da realização do Projeto e do uso da Contribuição e do Aporte; e
- (d) manter o Representante do Banco no respectivo país ou países informado sobre todos os aspectos do Projeto.

Artigo 17. Publicação de documentos. Qualquer documento a ser emitido no nome do Banco ou usando seu logotipo que se queira publicar como parte de um projeto especial, programa conjunto, esforço de investigação ou qualquer outra atividade financiada com os recursos do Projeto, deverá ser previamente aprovado pelo Banco.

Artigo 18. Supervisão local. Sem prejuízo do acompanhamento dos trabalhos do Projeto realizado pelo Beneficiário ou Órgão Executor, conforme o caso, o Banco poderá supervisionar a execução do Projeto no local.

Artigo 19. Alcance do compromisso do Banco. Fica entendido que o fato de conceder a Contribuição não implica compromisso algum de parte do Banco no sentido de financiar, total ou parcialmente, qualquer programa ou projeto que, direta ou indiretamente, possa resultar da realização do Projeto.

Artigo 20. Arbitragem. Qualquer controvérsia decorrente deste Convênio que não seja resolvida por acordo entre as partes será submetida, incondicional e irrevogavelmente, ao seguinte procedimento e sentença:

- (a) **Composição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será composto por 3 (três) membros, designados da seguinte forma: o primeiro pelo Banco, o segundo pelo Beneficiário e o terceiro (doravante, o “Dirimente”) por acordo direto entre as partes ou por intermédio dos respectivos árbitros. Se as partes ou os árbitros não chegarem a um acordo sobre a escolha do Dirimente, ou se uma das partes não puder designar árbitros, o Dirimente será designado, a pedido de qualquer das partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se uma das partes não designar árbitro, este será designado pelo Dirimente. Se algum dos árbitros designados ou o Dirimente não quiser ou não puder atuar ou continuar atuando, proceder-se-á à sua substituição de forma idêntica à indicada para a designação original. O sucessor estará investido das mesmas funções e atribuições de seu antecessor.
- (b) **Início do Procedimento.** Para submeter a controvérsia à arbitragem, a parte reclamante dirigirá à outra parte uma comunicação escrita expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa.

A parte que houver recebido essa comunicação deverá, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, comunicar à parte contrária o nome da pessoa que designar como árbitro. Se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da citada comunicação ao reclamante, as partes não houverem acordado quanto à pessoa do Dirimente, qualquer uma delas poderá recorrer ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, para que este proceda à designação.

Nos casos de convênios com a Argentina, as partes acordam que nos parágrafos (a) e (b) anteriores, onde se diz “Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos”, deve-se ler “Presidente da Corte Internacional de Justiça de Haya”.

(c) **Constituição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será constituído em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, na data em que o Dirimente designar e, uma vez constituído, funcionará nas datas que o próprio Tribunal fixar.

Nos casos de convênios com a Argentina, as partes acordam que o texto deste parágrafo (c) dirá assim: “O Tribunal de Arbitragem será constituído no lugar e na data em que este designar e, uma vez constituído, funcionará na data em que o Tribunal fixar”.

(d) **Procedimento.**

(i) O Tribunal só terá competência para conhecer os pontos da controvérsia. Adotará seu próprio procedimento e, por iniciativa própria, poderá designar os peritos que julgar necessários. Em qualquer caso, deverá dar às partes a oportunidade de expor suas razões em audiência.

(ii) O Tribunal julgará segundo sua consciência, com base nos termos do Convênio, e proferirá sua sentença mesmo no caso em que uma das partes seja revel.

(iii) A sentença será reduzida a termo e adotada com o voto concorrente de pelo menos dois membros do Tribunal. Deverá ser exarada dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da designação do Dirimente, a menos que o Tribunal determine que, por circunstâncias especiais e imprevistas, esse prazo deva ser ampliado. A sentença será notificada às partes mediante comunicação assinada por pelo menos dois membros do Tribunal. As partes acordam que qualquer sentença do Tribunal deverá ser cumprida dentro de 30 (trinta) dias contados da data da notificação, terá efeito executivo e não admitirá nenhum recurso.

(e) **Custas.** Os honorários de cada árbitro serão cobertos pela parte que o houver designado e os honorários do Dirimente, por ambas as partes em proporção igual. Antes de o Tribunal ser constituído, as partes acordarão quanto aos honorários das demais pessoas que, segundo convenham, entendam que devam intervir no

procedimento de arbitragem. Se o acordo não ocorrer oportunamente, o próprio Tribunal fixará a compensação que seja razoável para essas pessoas, levando em conta as circunstâncias. Cada parte pagará as próprias despesas no procedimento de arbitragem, mas as custas do Tribunal serão pagas pelas partes em proporção igual. Qualquer dúvida quanto à divisão das custas ou à forma em que devam ser pagas será resolvida pelo Tribunal, sem direito a ulterior recurso.

- (f) **Notificações.** Toda notificação relacionada com a arbitragem ou a sentença será feita na forma prevista neste artigo. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

Nos casos de convênio com o Equador, as partes acordam que o texto deste parágrafo (f) dirá assim: “Toda notificação relacionada com arbitragem e julgamento será realizada na forma prevista nestas Normas Gerais. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação. No entanto, obrigatoriamente, o Procurador Geral do Estado deverá ser notificado.”

ANEXO ÚNICO

O PROJETO

Apoio à Implantação da Gestão por Resultados na Prefeitura Municipal de Goiânia

I. Objeto

- 1.01** O objetivo do Projeto é contribuir para o desenvolvimento sustentável do Município de Goiânia, por meio da implementação de um conjunto de instrumentos e práticas de planejamento e gestão voltadas para o alcance de resultados e seu monitoramento.

II. Descrição

O Programa incluirá os seguintes componentes:

Componente I - Desenvolvimento do Planejamento Estratégico

- 2.01** O objetivo deste componente é implantar um processo de planejamento estratégico no Município de Goiânia, por meio das seguintes atividades: (i) revisão do atual Plano de Governo de Goiânia; (ii) construção do mapa estratégico da Prefeitura Municipal de Goiânia pelo Prefeito, Secretários e principais gestores, baseado no Plano de Governo e outros instrumentos norteadores, com indicadores de metas e desdobramento das metas e ações para as Secretarias; (iii) elaboração do Plano Plurianual (PPA) para os anos de 2014-2017, baseado no Plano de Governo e na orientação estratégica da gestão municipal; e (iv) definição de iniciativas estratégicas (processo de planejamento e monitoramento das ações para alcance dos resultados previstos).

Componente II - Aperfeiçoamento da Gestão Financeira

- 2.02** O objetivo deste componente é apoiar a implantação e o desenvolvimento de um novo modelo de planejamento, elaboração e execução orçamentária, baseado em uma estrutura programática, por meio das seguintes atividades: (i) mapeamento e redesenho dos processos de planejamento, elaboração e execução orçamentária, com indicadores de desempenho; (ii) revisão e proposição de normas que regem os processos de planejamento, elaboração e execução orçamentária; (iii) capacitação dos usuários dos processos de planejamento, elaboração e execução orçamentária (inclusive os Assessores de Planejamento das Secretarias); e (iv) automação dos processos redesenhados de forma interoperável com os sistemas de gestão orçamentária e financeira da Prefeitura.

Componente III - Monitoramento e Avaliação dos Resultados da Gestão Municipal

- 2.03** O objetivo deste componente é apoiar a implantação e o desenvolvimento de uma Sistemática de Monitoramento e Avaliação dos principais programas da Prefeitura

Municipal de Goiânia, por meio das seguintes atividades: (i) definição de metodologia e indicadores para o monitoramento de resultados das políticas públicas nas áreas de “Governança com Sustentabilidade Fiscal” e “Economia com Sustentabilidade Ambiental”; (ii) definição de um conjunto de indicadores de resultados e de produtos, com respectiva metodologia de cálculo, a ser utilizado no monitoramento das ações governamentais; (iii) capacitação dos servidores das diversas Secretarias em formulação e monitoramento de indicadores; (iv) implantação de unidade piloto de monitoramento; (v) aquisição/desenvolvimento de sistema de monitoramento de indicadores; e (vi) disseminação dos indicadores e promoção do uso das informações geradas.

III. Custo do Projeto e Orçamento

3.01 O custo total do Projeto foi estimado em US\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil dólares). O Banco contribuirá com o equivalente a US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares), com recursos de seu capital ordinário. A contrapartida local será aportada pelo Município de Goiânia por meio de uma contribuição pecuniária estimada no equivalente a US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares). O orçamento do Projeto se indica no quadro seguinte:

Custo e orçamento
(em milhares de US\$)

Componentes	Descrição	BID	Local	Total
Componente 1: Desenvolvimento do Planejamento Estratégico	Empresa de consultoria especializada em Gestão para Resultados	100.000		100.000
Componente 2 – Aperfeiçoamento da Gestão Financeira	Empresa de consultoria especializada em redesenho de processos	200.000	50.000	250.000
Componente 3 – Monitoramento e Avaliação dos Resultados da Gestão Municipal	Empresa de consultoria especializada em elaboração, monitoramento e avaliação de indicadores.	140.000		140.000
Coordenação do Programa	Consultor individual local	60.000		60.000
TOTAL		500.000	50.000	550.000

IV. Execução

4.01 O Município de Goiânia será o executor da Cooperação Técnica, por meio da Unidade de Coordenação da Execução do Plano de Ação Goiânia Sustentável (UCPA), assim que está for efetivada, nos termos do Decreto Municipal nº 2350 de 01 de novembro de 2012 e outros instrumentos normativos. A UCPA será o elo entre as diversas Secretarias Municipais envolvidas, direta ou indiretamente, com o planejamento, a execução, o monitoramento e o acompanhamento da Cooperação Técnica. A UCPA atuará como interlocutora do Município junto ao Banco para os assuntos relacionados à execução do Projeto e se articulará com outras organizações públicas e privadas que possam vir a participar, direta ou indiretamente, da execução e do acompanhamento deste. A UCPA será formada por um Coordenador Geral, um Coordenador Executivo e uma equipe de especialistas e pessoal de apoio designados formalmente para essa atividade.